

Entrevista a José Saramago em 17/09/1974, Arquivo da RTP

Nome do programa: «José Saramago»

Nome da série: *Escrever é Lutar*

Entrevistador: José Carlos Vasconcelos

Data: 17/09/1974

Duração: 00:23:49

Ligação: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jose-saramago-4/>

Transcrição: Burghard Baltrusch e Alba Vidal (I Cátedra Internacional José Saramago da Universidade de Vigo, 2023)

Como citar:

Baltrusch, Burghard e Vidal, Alba (2023). Transcrição da entrevista a José Saramago de José Carlos Vasconcelos do 17 de Setembro de 1974. Disponível em <<https://catedrasaramago.webs.uvigo.gal/pt/blog/entrevista-a-jose-saramago-em-17-09-1974-424>>.



Resumo: Entrevista do jornalista José Carlos Vasconcelos ao escritor José Saramago, sobre a sua vida pessoal, a obra literária, e o momento que se vive em Portugal no pós 25 de abril de 1974.

Resumo analítico: Introdução com alguns dados biográficos, nomeadamente o facto de ter publicado dois livros de poemas até ao momento, dois livros de crónicas e um romance; foram, recentemente publicados pela revista "Seara Nova" os textos editoriais que o entrevistado terá escrito no "Diário de Lisboa"; Para breve estará na forja um livro de poemas e um outro romance. 03m19: Início da conversa com a eventual ligação da produção literária do entrevistado com a recente Revolução de 25 de Abril de 1974; alusão ao facto de ser director da Associação Portuguesa de Escritores e a sua opinião sobre o papel dos escritores na sociedade actual após o 25 de Abril de 1974. [<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jose-saramago-4/>]

Introdução

Provavelmente, esta entrevista represente a primeira declaração pública de José Saramago sobre o seu livro de poemas *O Ano 1993*, que só se iria publicar em 1975. A entrevista correu somente seis meses após a Revolução dos Cravos e marcou também a estreia televisiva do autor. Questionado por José Carlos Vasconcelos sobre a sua vida,

a sua obra literária e a situação dos escritores em Portugal após o 25 de Abril, e que caracteriza como “trabalhadores literários”, Saramago explica que *O Ano 1993* "tinha algo a ver com a nova situação política em Portugal". Afirmar que a revolução interrompera quase "tragicamente" o processo de escrita de *O Ano 1993* e que "de repente o livro já não parecia adequado às circunstâncias". No livro fala-se de um país ocupado que, no entanto, se encontrava subitamente a caminho da libertação. A razão decisiva para não abandonar o projeto foi, no entanto, o sentimento de que "afinal não estamos tão seguros da nossa liberdade", especialmente considerando que a entrevista ocorreu pouco depois do primeiro aniversário do golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973, orquestrado pelos Estados Unidos, que também influenciou os acontecimentos pós-revolucionários em Portugal. A entrevista representa um exemplo inicial de como Saramago, dali em diante, associou de maneira pública e impactante as preocupações estéticas e éticas intrinsecamente ligadas à sua obra com os acontecimentos políticos globais. Este importante documento ilustra o compromisso literário do escritor que Saramago aspirava e tornou a ser. Na entrevista chega a perguntar: "O que se espera de um escritor neste país que almejamos renovar? O que uma sociedade deseja de um escritor?". E ele próprio respondeu, no espírito de um existencialismo à portuguesa: O escritor deve transcender o "gueto cultural", superar e incluir o empenhamento político na sua obra literária, tanto mais que a "capacidade de se ligar ao mundo" é uma capacidade intrinsecamente portuguesa.

Transcrição da entrevista

José Carlos Vasconcelos [Introdução]: Poeta, ficcionista, ensaísta, José Saramago está hoje connosco. É autor nomeadamente de dois livros de poemas, *Os Poemas Possíveis* e *Provavelmente Alegria*, de dois livros de crónicas e de um volume em que reuniu os editoriais do *Diário de Lisboa*, feitos por si, e publicados recentemente pela Seara Nova. No entanto, Saramago publicou, apenas com o intervalo de um ano, esses seus dois livros de poemas. O último, em 69, *Provavelmente Alegria*. E tinha já publicado há bastantes anos, que ele nem inclui na sua bibliografia, um romance. Sei que o Saramago vai agora publicar um livro de poemas e julgo que também um romance.

[Dirige-se ao entrevistado] Começaria por lhe perguntar se esse facto de ter estado tantos anos sem nada publicado em romance e meia dúzia sem publicar um livro de poemas tem alguma coisa a ver com a recente alteração política do país ou se é uma mera coincidência.

José Saramago: Bem, eu não diria tanto porque a verdade é que a alteração política que se verificou deu-se este ano; o meu último livro de poemas é de 1968... Portanto eu não podia estar à espera seis anos a contar com uma alteração política que viria a dar-se. É mais natural dizer-se que eu em 68 devo ter completado uma tarefa, mais ou menos consciente, de expressão pela via poética. De qualquer forma, comecei a sentir a necessidade de uma expressão, digamos, em prosa, que comecei por realizar através da crónica. E penso que valeu a pena porque isso me deu a possibilidade de uma comunicação efectiva com o público — não direi todos os dias, embora tivesse havido um tempo em que pelo menos eram três vezes por semana. Mas isso deu-me pelo menos aquela possibilidade de contactar directamente com o público; saber, porque recebia cartas, correspondência, [de] pessoas que umas aplaudiam, outras insultavam — não era a primeira vez que isso me sucederia. Ultimamente, comecei a encaminhar-me, digamos, para a prosa. Tenho de facto em preparação um romance, que está muito perto do fim, com o qual, por assim dizer, retomo aquela mesma expressão pela qual comecei, há muitos anos. Um romance que tem um título um pouco estranho, as pessoas acham-no estranho: *Manual de Pintura e Caligrafia*. Mas, em todo o caso, mais importante do que ele, pelo menos em termos de imediato, é um livro de poemas que eu penso publicar ainda este ano e que se chama *O Ano de 1993*. Este livro é que tem de facto qualquer coisa que ver, os accidentes porque as [ininteligível] têm qualquer coisa que ver realmente com a nova situação política portuguesa. Chama-se, como já disse, *O Ano de 1993*. É um livro, um livro que exprime, de uma maneira transposta, situações numa terra ocupada por invasores, que torturam, que matam, que, enfim, que fazem tudo quanto os invasores normalmente fazem. Esse livro comecei a escrevê-lo este ano mesmo, antes do dia 25 de Abril (para nós é uma data à qual constantemente nos referimos: o antes e o depois do 25 de Abril), mas sucedeu esta coisa que comecei por achar tragicómica: é que o livro de repente pareceu-me inadequado às circunstâncias. Eu estava a falar de uma terra ocupada, que era esta como podia ser outra qualquer — o Chile—, e de repente via-me numa terra que eu considerava, como muitos dos meus amigos, que eu considerava liberta ou em vias de libertação. O que acontece é que o livro parou, não fui capaz de continuar o livro. Pensei numa série de artificios, de explicações, para continuar esse mesmo livro, dado que me repugnava renunciar a ele, e depois pensando melhor fui verificando que afinal nós não estamos tão seguros da nossa liberdade como isso. Nós estamos constantemente... Ainda há poucos dias, a propósito da semana de apoio ao Chile, tivemos a ocasião de recordar, de rememorar todos os acontecimentos ocorridos há praticamente um ano, e achei que era obrigação como testemunho, como denúncia de uma situação possível, continuar esse livro. De modo que depois de seis anos de não escrever poemas, volto a escrevê-los; depois de largos anos de não escrever romance, embora tenha feito alguma ficção (alguma publicada, outra não), volto também ao romance. Com que resultados? Isso é o que veremos, claro.

JCV: Bom, não escrever não será exactamente não publicar...

JS: Claro...

JCV: ...com certeza que você escreveu. Mas, já agora, então entramos noutra ponta, o José Saramago é também um homem de pensamento e esse pensamento sempre tem coerentemente aliado à acção, quer no aspecto político, quer no aspecto de intervenção cultural. E agora é, nomeadamente, director da Associação Portuguesa de Escritores. Como é que você vê a intervenção do escritor e o papel do escritor, referindo-nos a essa data, esse marco fundamental da nossa história, o 25 de Abril, como é que vê doravante o papel do escritor e a sua intervenção na vida portuguesa, nomeadamente no sentido da democratização e de se conseguir a justiça social por que todos ansiamos?

JS: Bem, essa é uma interrogação que eu me tenho feito várias vezes e que sem dúvida nenhuma me preocupa muito. Não vale a pena falarmos mais vezes, porque já se falaram talvez bastantes [sic], embora provavelmente não de mais, da situação do escritor em Portugal até ao dia 25 de Abril — já lá estamos a referir-nos a esta data. Parece-me nesta altura muito mais importante pensarmos no escritor depois do dia 25 do mês de Abril. O que é que o escritor vai ser neste país, que queremos novo, ou que queremos pelo menos renovado. E o que eu me pergunto é isto, e isto é que constitui uma espécie de ideia fixa: o que é que uma dada sociedade, para o caso concreto a sociedade portuguesa, quer do escritor? Para que é que o escritor lhe serve? É evidente que pode acontecer, e sabemos que infelizmente acontece muito, ser o escritor tomado como uma espécie de adorno, como uma espécie de enfeite, tal como em certos casos o são os grandes futebolistas, digamos assim, o são os cançonetistas... E acontece que efectivamente os países às vezes orgulham-se ou satisfazem-se, ou tomam isso como um índice de valorização: o dizerem que têm um excepcional futebolista a); uma excepcional cançonetista b); e um excepcional escritor c). Simplesmente tudo isto se passa como se ninguém tivesse nada que ver com isso, porque tanto ao nível do futebolista, como ao nível da cançonetista, como ao nível do escritor, tudo se passa em pequenos grupos, maiores ou menores — é evidente que o público que o futebolista tem é evidentemente maior que aquele que o escritor tem — , mas de qualquer forma o que eu me pergunto, a minha interrogação é esta: em que é que (e agora deixo de parte o futebolista e o cançonetista, e pego, tal como a pergunta me foi feita, para responder à pergunta que me foi feita [sic]) para que é que serve o escritor em Portugal? Quer dizer, para que é que serve um escritor num país com uma taxa de analfabetismo como esta? Para que é que serve um escritor cujas tiragens, as tiragens dos seus livros, são escassíssimas em relação à população? Nós fazemos tiragens de 3000 mil exemplares, e já é muito bom, e se se trata de livros de poesia fazemos tiragens de 500 exemplares ou de 700 exemplares. Imaginemos, e dá vontade de rir, que efeito podem ter livros destes, tirando a crítica, tirando as poucas pessoas que nos conhecem, tirando os poucos frequentadores das tertúlias mais ou menos literárias, que agora cada vez vai havendo menos? Que efeito tem um livro destes? É

evidente que se pode sempre dizer que: “mas os livros são feitos tanto para o presente como para o futuro”. Mas eu interrogo-me (todos os livros, afinal de contas, escritos até hoje, foram na intenção dos autores escritos para o presente e escritos para o futuro — é evidente que a maior parte deles, e até se pode dizer que felizmente, não chegaram a esse futuro)... Mas, tendo em conta exactamente a situação em que estamos, como é que há-de ser feita a integração do escritor no novo projeto de vida portuguesa? É evidente que [para] essa resposta a esta pergunta pode haver uma tentativa de resposta por parte dos escritores. Essa tentativa está a ser feita ou está a tentar, está a procurar, está realmente a procurar conseguir-se através de uma associação, que se chama Associação Portuguesa de Escritores, que as pessoas conhecem, mais ou menos, que projecta ser também ela um, digamos, um órgão para-sindical, e que está (como aliás se tem provado em iniciativas públicas, algumas de que a própria televisão, digamos, deu conta), está, por todos os modos que os seus estatutos lhe permitem, a querer ter um papel na vida política desta terra. Mas temos de contar que é muito provável, e isto tem acontecido várias vezes, que tudo isto vá esbarrar na habitual barreira de uma incompreensão, que é aquela com que sempre... e de que os escritores até provavelmente são responsáveis, não é? [sic]. É natural que até ao dia 25 de Abril, tornamos a isto, esta incompreensão fosse mantida, interessasse até a muita gente. Mas o que é necessário, já que isto foi feito — o 25 de abril —, já que estamos a projectar um país novo, encontrar essas formas de vencer esta barreira, esta dificuldade de comunicação que tanto tem que ver com as tiragens como tem que ver com um comportamento. Como é que o escritor vai comportar-se perante os 8 milhões de habitantes que vivem nesta terra? Como é que esses 8 milhões de habitantes podem receber-nos? Que é que nos interessa a nós escritores? Que é que interessa à população? Isto é um trabalho sobre o qual, mais tarde ou mais cedo, eu penso que o próprio Estado terá de vir a debruçar-se. Terá de vir, tal como tem de olhar para as diferentes classes profissionais, terá de considerar, terá de pensar que existe uma classe, que é a dos escritores, que não pode continuar a viver à parte, que até tende naturalmente por modo de ser, por formação pessoal, a afastar-se um pouco; mas isso tem de, efectivamente... eu acho que tem de acabar. Temos de vencer isto, temos de integrar-nos de qualquer forma, para saber que espécie de obra é que vamos poder continuar a fazer, porque eu temo muito que se não se vencer esta espécie de beco sem saída (a não ser, melhor seria que se tratasse de um beco com saída), o que eu temo muito que continuemos a fazer exactamente ou quase as mesmas obras que estávamos fazendo antes, alheios ou pelo menos não receptivos à transformação social, política, necessariamente económica, ideológica... por que o país está a passar.

JCV: Bom, quero apenas... tenho a impressão que você também foi um pouco demasiado pessimista. Apesar de tudo, há tiragens de poesia de alguns milhares de exemplares. Nomeadamente os poetas mais conhecidos, e até os mais intervenientes, felizmente, antes do 25 de Abril, já tinham tiragens de poesia de largos milhares. Mas deixemos isso de lado. O Saramago pôs, como é evidente, nem aqui se podem dar

respostas, mais interrogações sobretudo. Mas de qualquer modo eu perguntava-lhe, em relação a essas várias interrogações, a Associação Portuguesa de Escritores tem desde já previsto algum tipo de iniciativas, algum género de atividades, alguma forma de contribuir para a indispensável mentalização dos escritores para o papel que devem desempenhar nesse Portugal renovado?

JS: Bem, a mentalização dos escritores, nesse sentido, não me parece programável. Quer dizer, eu não penso que se possa estabelecer um programa de mentalização para os escritores, que, aliás, e com legítimo direito, podem até achar que não devem sujeitar-se ao cumprimento, digamos, de um programa...

[Interrompe o jornalista e falam simultaneamente]

JCV: A minha... a minha intenção não era essa evidentemente... [risos]

JS: Eu sei, eu sei, claro, claro, claro...

[Continua o entrevistado] **JS:** Mas a mim o que me parece é que essa mentalização, para continuar a usar esse termo, terá de acontecer na prática de um comportamento que me parece que tem de ser novo. É evidente que as obras se escrevem dentro de, digamos, das nossas salas de trabalho ou dos nos nossos escritores, perdão, ou dos nossos escritórios, onde quer que, enfim, que normalmente fazemos aquilo que escrevemos. Mas também me parece evidente que tudo isso tem de ser feito cá fora; quer dizer, que tudo o que vai ser feito no sentido laboral tem previamente de ser vivido cá fora. Neste sentido (e considerando que... e eu não estou a ser por forma nenhuma, representante, intérprete do pensamento da associação — quer dizer, como membro da direcção, posso dizer duas ou três coisas), nós estamos exactamente a programar nesta altura uma acção de saída de Lisboa, que eu poderia resumir desta maneira: sair de Lisboa para conhecer as pessoas. Devo dizer que tal como esse, enfim, esse programa, por lhe dar um nome, está feito, prevê-se efectivamente contactos sérios, digamos, ao nível das fábricas, das sociedades de recreio... Enfim, ir o mais longe possível de Lisboa, falar com o maior número possível de pessoas. O que daqui resulta em termos de obra, isso veremos depois. Enfim, é, digamos, é com cada um e com cada qual.

Mas o que me parece é que de facto não vai ser possível e nós não devemos... porque será a mesma coisa que nos condenarmos de antemão a um trabalho de pouca projecção... E só será efectivamente proveitoso se as instâncias oficiais, se os departamentos do governo que têm responsabilidades sobre esta matéria considerarem que estão ali duzentas ou trezentas pessoas que devem ser observadas, devem ser verificadas; devem ser, uso esta palavra, devem ser utilizadas (porque eu estou certo que a maior parte delas não querem exactamente outra coisa senão ser utilizadas) para acabar esta espécie de gueto cultural que mantém a cultura... não é

manter as pessoas fora da cultura, o que é em si mesmo um gueto cultural, mas há outra espécie de gueto cultural que me parece igualmente pernicioso, que é manter os transmissores da cultura, os intelectuais, fechados em si mesmos numa outra espécie de gueto.

JVC: Olhe, ó Saramago, e já agora, outro aspecto, que eu já me referi também, da sua atividade como editorialista. Você foi nomeadamente editorialista do *Diário de Lisboa* e publicou num volume alguns desses seus artigos no livro *As opiniões que o DL teve*. Nesse sentido, você sofreu também, e penso que dolorosamente como todos nós, experiência da censura — depois eufemisticamente chamada “exame prévio”. O que é que lhe parece interessante dizer sobre isso?

JS: Bem, no fundo, eu não posso, não posso dizer aqui nada novo porque toda a gente que escreve, toda a gente que escreveu, teve algumas vezes... teve frequentemente, muitas vezes até, problemas com aquilo que começou por ser a censura e que depois se chamou exame prévio. Ora, o que se passa, e isto me parece que deve ser devidamente considerado, é que eu, que praticamente não tive agressões da censura no que toca à minha obra de criação, chamemos-lhe assim, de criação literária, tive-a constantemente em relação ao meu trabalho jornalístico. Isto penso que devemos... deveríamos, se houvesse tempo para isso, reflectir um pouco sobre esta disparidade de comportamento. A censura sabia muito bem que o livro tem sempre um público muito especial. O livro fica lá em casa, lê-se ou não se lê, mete-se na prateleira e raramente se pega mais nele. O jornal não é assim: o jornal tira muitos mais exemplares. Portanto, o que acontecia era que a censura consentia muitas vezes a expressão de certas opiniões ou certas convicções ou certas análises no livro e não as consentia no jornal. Ora, o que acontece é que eu, que escrevi os meus livros praticamente sem intervenção da censura (eu não me venho queixar da censura em relação à minha obra literária — a não ser contos que publicava em revistas marcadas politicamente e em que por isso mesmo a censura intervinha), mas a verdade é que no que toca à minha intervenção pública, à intervenção mais pública que eu tive — que foi intervenção ao nível da imprensa —, isso, uma vez que eu escrevia todos os dias, quase posso dizer que a censura intervinha também todos os dias.

Isto é importante focar, porque precisamente nesta altura — e volto ao assunto — depois do dia 25 de Abril, me parece que os escritores portugueses deviam estar a intervir muito mais na imprensa. Porque, claro que cada um de nós está em sua casa a escrever a sua obra pessoal. Claro que provavelmente daqui por 50 anos aqueles que tiverem o privilégio de vencer o tempo, essas obras serão aquelas que vão ficar. E que os artigos de jornal não vão ficar para daqui a 50 anos. Mas em termos de utilidade, em termos de política prática, em termos de exercício de uma política, parecia-me indispensável que os escritores estivessem a intervir. Eles que foram e que são na sua esmagadora maioria democratas, antifascistas, eu verifico que não estão exprimindo o

seu antifascismo, digamos assim, neste momento — embora estejam certamente a escrever os seus livros, o que eu acho óptimo.

O meu livro em que eu reuni alguns dos artigos (uma vez que eu escrevi durante dois anos e apenas recolhi 70 ou 80) foi a intervenção possível numa altura em que sabíamos que o regime prívio liquidava toda e qualquer expressão, contestação política mais ousada, ou que a eles lhes parecia tal. É um trabalho que me deu muita satisfação fazer, porque é um trabalho em que eu senti exactamente isto: a actuação diária, constante junto das pessoas, a atenção aos acontecimentos políticos desta terra. Isso foi-me muito útil, pelo menos a mim — quer dizer, quero acreditar que terá tido alguma utilidade para quem o leu —, mas pelo menos foi-me suficientemente útil para estar neste momento a desejar que a intervenção dos escritores na vida do país seja mais ampla, seja mais exigente e duplamente exigente: exigente do ponto de vista do escritor em relação ao país, que é o seu, e do ponto de vista do país em relação ao escritor, que também é seu.

JCV: Bom, eu concordo, evidentemente, consigo e desejo que essa intervenção dos escritores ao nível da imprensa (que é um dos meus campos de atividade) porque entendo que um dos campos fundamentais de intervenção seria esse. No entanto, permito-me pôr-lhe uma dúvida em relação a uma das suas afirmações, que seria a de que os escritores neste momento estariam em casa a escrever os seus livros. Pelo contacto que todos nós temos com escritores, parece-me mais, infelizmente, que os escritores estão também a lutar, a trabalharem noutros aspectos até que não a escrita. E que precisamente hoje muitos deles têm a sua obra em suspenso porque precisamente se põem as interrogações que há bocado o Saramago pôs-se: O que é que vale a pena escrever hoje? O que é que interessa escrever em hoje em relação ao povo português? Não lhe parece que será ser assim?

JS: Não, eu acho isso exacto. Eu tenho a impressão tal como, aliás, me aconteceu a mim em relação a este livro de que eu falei muito rapidamente (eu tive de suspendê-lo para pensar o que é que devia de fazer)... Considero que muitos, muitos camaradas nossos, estão nesta altura de facto perplexos, sem saber muito bem o que vão fazer, sabendo o que vão fazer, mas pelo menos deixando passar o tempo e assentar o pé, digamos assim. Agora, de qualquer forma, isso não impede que haja uma intervenção. É um pouco antipático falar de mim, mas a verdade é que sou eu que estou aqui. Eu praticamente não tenho escrito muito, mas também até tenho uma excelente desculpa: entre sessões de esclarecimento, colóquios e comícios e reuniões, eu canso-me e esgotto-me, e isso dá-me uma boa desculpa para não fazer, digamos, a obra. Em todo o caso, vou tentando conciliar as duas coisas: uma atividade política que eu prezo, pelo menos neste momento, tanto como a obra, e, digamos, a própria obra, que eu tentarei levar tão adiante quanto possível.

JCV: Muito obrigado pela sua presença, Saramago.

JS: Eu é que agradeço.

